

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, S.P. ALB (Associação de Leitura do Brasil) / Mercado de Letras, 1996.

Repensando a aprendizagem de Língua Portuguesa

Norma Seltzer Goldstein *

Reinindo vários ensaios, a obra *Por que (não) ensinar gramática na escola*, de Sírio Possenti (Campinas, ALB / Mercado Aberto, 96), propõe que o professor repense o ensino de Língua Portuguesa, com bom senso e capacidade de observação, apoiado numa visão de mundo isenta de preconceitos. Ao observar o modo como ele próprio usa a linguagem, o mestre pode perceber o quanto esse uso sofre variações, em função da situação e dos interlocutores. Conseqüentemente, para o aluno, aprender português significaria tornar-se capaz de empregar o dialeto adequado para cada tipo de situação.

O livro está organizado em duas partes. A primeira agrupa considerações de caráter geral sobre o ensino de língua portuguesa. A segunda trata do conceito e do ensino de gramática. Os ensaios já haviam sido publicados anteriormente, em diferentes datas. Embora se trate de textos esparsos, o resultado é um conjunto bem articulado e coerente. O leitor pode optar pela leitura de capítulos alternados; ou percorrer os tópicos, na seqüência em que aparecem. Seja qual for a escolha, será perceptível que cada proposta se complementa pelas demais.

Dentre os tópicos da primeira parte, seleciono dois para um rápido comentário: *Todos os que falam sabem falar* (pp. 28/33) e *O papel da escola é ensinar língua padrão* (pp. 17/21).

No primeiro deles, o autor faz colocações óbvias, como ele mesmo diz, mas das quais freqüentemente nos esquecemos:

(*) Universidade de São Paulo.

...As crianças, a partir dos três anos /.../ falam durante muitas horas por dia. /.../ As crianças brasileiras falam o dia todo em português (e não em chinês, alemão etc.). Logo, sabem português. Os brasileiros cuja situação social e econômica não lhes permitiu que estudassem muitos anos (às vezes, nenhum) falam o tempo todo. É claro, falarão como se fala nos lugares em que eles nascem e vivem, e não como se fala em outros lugares ou em entre outro tipo de gente. Logo, falam seus dialetos. Logo, sabem falar. ... (p. 29)

Se os alunos já falam português, o que eles viriam fazer na escola? A resposta aponta para a variação lingüística e para a necessidade de que o aluno se conscientize dela.

Há uma outra questão, decorrente de preconceito: se os alunos não falam todos o mesmo dialeto, aqueles que utilizam um *dialeto* socialmente desvalorizado seriam tão inteligentes e capazes quanto os que empregam um *dialeto* de prestígio? A resposta, evidentemente, é afirmativa. A reflexão sobre essa questão pode ser aprofundada através da leitura de outros tópicos da primeira parte: 1) *Não há línguas fáceis ou difíceis* (pp. 25/28), em que o autor comenta a riqueza e a complexidade inerentes a todas as línguas e todos os dialetos; 2) *Não existem línguas uniformes* (pp. 33/37) onde a variação lingüística é tratada como reflexo da variação social; 3) *Não existem línguas imutáveis*, (pp. 37/41) cujo tema é o dinamismo lingüístico decorrente de mudanças ao longo do tempo; 4) *Falamos mais corretamente do que pensamos* (pp. 41/45) sobre a questão do *erro*.

Considerando que o aluno já fala português e levando em conta a variação lingüística, fica a pergunta: qual seria, então, o papel da escola?

O papel da escola é ensinar língua padrão, ou, talvez, mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Essa é não só uma opção pedagógica, mas também política, já que *o dialeto padrão* não é nem mais nem menos difícil que os demais *dialeto*s, apenas diferente. O autor rebate as teses contrárias à sua sobre o ensino de língua padrão. Segundo ele, os que sustentam a tese de natureza político-cultural e

consideraram ser *uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo*, cometem um equívoco: o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e de escrever. Os que defendem o ponto de vista de natureza cognitiva cometem outro equívoco: o de supor que cada falante só seria capaz de usar um único dialeto. O autor enfatiza:

...Ora, todas as evidências vão no sentido contrário. Qualquer pessoa, principalmente se for criança, aprende com velocidade muito grande outras formas de falar, sejam elas outros dialetos ou outras línguas, desde que expostas consideravelmente a elas. /.../ (p.19)

A insistência no *ensino da língua padrão* é uma espécie de contraponto à proposta anterior: *todo aluno fala português*. Esta colocação – isoladamente – poderia ser mal interpretada, direcionando de maneira equivocada o trabalho escolar e sugerindo atitudes do seguinte tipo: 1) nunca se deve corrigir o aluno; ou 2) vale tudo em sala de aula. Na verdade, o respeito à modalidade de língua que o aluno emprega não implica, necessariamente, em estratégias didáticas facilitadoras. O dialeto do aluno deve ser o ponto de partida para que ele seja exposto a outras variantes – inclusive a culta padrão –, visando a torná-lo apto a empregar o dialeto específico para cada contexto. Se a situação exigir o uso da língua padrão, seria bom que ele a empregasse adequadamente, ou, do ponto de vista da gramática tradicional, sem “incorreções”. Caberia ao professor uma atitude de equilíbrio e respeito ao aluno: por um lado, aceitá-lo como falante de um dialeto; por outro, ampliar seu leque de opções, levando-o a tornar-se, também, usuário da modalidade mais prestigiada.

A prática pedagógica propriamente dita é tema de três capítulos : 1) *Damos aula de que a quem?* (pp. 21/25); 2) *Língua não se ensina, aprende-se* (pp. 45/49); 3) *Sabemos o que os alunos ainda não sabem?* (pp.49/53).

O último tópico da primeira parte, *Ensinar língua ou ensinar gramática?* (pp. 53/56) faz a ponte entre o primeiro e o segundo conjunto de ensaios, que discute o papel da gramática no ensino de língua materna, nos seguintes capítulos: 1) *Conceitos de gramática* (pp. 63/64); 2) *Gramáticas normativas* (pp. 64/65); 3) *Gramáticas descritivas* (pp. 65/69); 4) *Gramáticas internalizadas* (pp. 69/73); 5) *Regras* (p. 73/74); 6) *Língua* (pp. 74/78); 7) *Erro* (pp. 78/95).

Ao conceituar gramática, Possenti retoma o já clássico *Português e ensino de gramática*, em co-autoria com Rodolfo Ilari (PROJETO IPÊ, CENP Sec. Educação do Estado de S. Paulo, 1985). Considerando a gramática como um conjunto de regras, pode-se pensar em três tipos de gramática: a normativa, como um conjunto de regras que *devem ser seguidas*; a descritiva, como um conjunto de regras que *são seguidas*; a internalizada, como um conjunto de regras *que o falante da língua domina*.

Normalmente, os cursos de português dão espaço apenas para a primeira delas, a normativa, apoiada no estudo de textos *clássicos do passado*. Na linha das *Propostas curriculares para o ensino de português* da CENP, o autor sugere que se trabalhe não apenas com uma, mas com as três gramáticas, começando pela internalizada – aquela que o falante domina –, passando pela descritiva – a que compara diferentes usos da língua com suas respectivas características e, finalmente, chegando à classificação metalingüística dos manuais da gramática normativa tradicional.

Paralelamente a essa proposta, ele volta a insistir que o trabalho fundamental no ensino da língua materna consiste na produção textual, tanto oral quanto escrita. Mesmo para o domínio da norma culta padrão, é esse o caminho e não, a análise gramatical pura e simples.

Também para trabalhar gramaticalmente, Possenti recorre à variação lingüística:

*Aprender uma língua é aprender a dizer a mesma coisa de muitas formas.
Não se deveria imaginar que existe só uma forma de falar /.../ Isto é, a língua*

nos dá sempre várias alternativas, e saber uma língua ativamente e “utilizá-la” como sujeito é em boa parte saber dizer uma coisa de muitas maneiras – inclusive, saber as pequenas diferenças de sentido e de condições de uso que essas várias maneiras implicam e supõem (p.92).

A argumentação se complementa convincentemente por dois tipos de exemplos: o primeiro consiste em dizer a mesma frase, empregando várias construções diferentes. O segundo, na análise do texto de um aluno, retomado do comentário de um professor de cursinho em um jornal.

Por que (não) ensinar gramática não traz “receitas”, nem isso seria possível. A obra dialoga com o leitor, supondo-o inteligente, capaz de refletir e de encontrar suas próprias estratégias didáticas. De certo modo, ela propõe um caminho: a “sabedoria” docente e os métodos “prontos” deveriam ceder espaço à produção lingüística do aluno, a verdadeira prioridade na aprendizagem da língua materna. O modo como esse caminho vai ser percorrido dependerá do professor, da classe e do contexto.